

**Janayna da Silva Ávila**  
Jornalista e doutora em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Professora adjunta do curso de Jornalismo da Ufal. Email: janayna.avila@ichca.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-5232>

**Júlio Arantes Azevedo**  
Jornalista e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto do curso de Jornalismo da Ufal. Email: julio.arantes@ichca.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8171-8775>

**Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires**  
Jornalista e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Professora adjunta do curso de Jornalismo da Ufal. Email: lidia.ramires@ichca.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3456-4341>

**Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel**  
Jornalista e doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Professora adjunta do curso de Jornalismo da Ufal. Email: mercia.pimentel@ichca.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2787-6822>

Recebido em:  
17/10/2022

Aceito em:  
16/01/2023

MAI / JUL 2023  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 353-367

## “Eles não são números”: o discurso jornalístico e a construção do memorial *Inumeráveis*

“They are not numbers”: the journalistic discourse and the construction of the *Inumeráveis* memorial

**Janayna da Silva Ávila**

Universidade Federal de Alagoas

**Júlio Arantes Azevedo**

Universidade Federal de Alagoas

**Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires**

Universidade Federal de Alagoas

**Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel**

Universidade Federal de Alagoas

### RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de textos do projeto memorial *Inumeráveis*, que homenageia vítimas fatais da pandemia da Covid-19 no Brasil. Para isso, recorre à Análise do Discurso, observando dois movimentos de sentidos principais na construção dos obituários: os de negação e de negatização da morte. A discussão proposta inicia pelas condições de produção do discurso, entendidas aqui como a articulação entre o sócio-histórico, próprio do momento atual, e a produção dos textos do projeto, classificados como parte do gênero jornalístico obituário. A análise identifica a predominância de um discurso próprio da formação discursiva religiosa cristã, trabalhando metaforicamente a valorização da vida e a promessa de existência após a morte. Essa superfície encobre a lógica da necropolítica e o discurso de negação da morte, atravessado por elementos de uma formação ideológica de mercado, cuja noção de falecimento é entendida como o fracasso final dos sujeitos.

### PALAVRAS-CHAVE

Inumeráveis. Subjetividade. Discurso

### ABSTRACT

This paper presents an analysis of texts from the *Inumeráveis* memorial project, which honors the fatal victims of the Covid-19 pandemic in Brazil. For that, it uses Discourse Analysis, observing two movements with main senses in the construction of obituaries: those of denial and those of ne-

gativization of death. The proposed discussion begins with the conditions of discourse production, seen here as the articulation between the socio-historical context, typical of the current moment, and the production of the project's texts, classified as part of the obituary journalistic genre. The analysis identifies the predominance of a discourse typical of christian discursive formation, working metaphorically on the valorization of life and the promise of existence after death. This concept covers the logic of the necropolitics and of the denial of death, crossed by elements of an ideological formation, whose notion of death is understood as the final failure of the subjects.

## KEYWORDS

Inumeráveis. Subjectivity. Discourse

## 1. Introdução

A pandemia do novo coronavírus vem afetando significativamente a vida e as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos. No campo do jornalismo, alterou não apenas as rotinas produtivas, mas também o modo de circulação e consumo de informações. Desde março de 2020, quando o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de uma pandemia da Covid 19 (SARS-CoV-2), o quantitativo de pessoas que se contaminaram e que vieram a óbito em decorrência da doença tornou-se pauta diária nos noticiários de todo o mundo. Concomitantemente, as redes sociais passaram a atuar como *locus* de reprodução dessas notícias e também de propagação de desinformação.

Considerando o caso brasileiro, vários desafios foram colocados aos jornalistas profissionais, que viram o trabalho de informar prejudicado pelo cenário de negação da ciência e banalização da morte. A política negacionista de enfrentamento da pandemia adotada pelo governo Jair Bolsonaro implicou na reprodução de discursos que desconsideraram evidências científicas ao subestimar a gravidade da doença e minimizar o impacto das mortes causadas (PALMA; VILAÇA, 2020).

Apesar desse contexto, observamos uma resignificação dos relatos de morte pela imprensa brasileira. Antes noticiadas apenas como estatísticas, essas mortes foram aos poucos contadas para além dos números e as histórias das pessoas afetadas desveladas, o que redundou num processo de humanização das notícias sobre morte associadas à Covid-19. Disso decorre a contribuição do memorial *Inumeráveis*, uma plataforma nacional *online* criada para homenagear as pessoas que morreram em decorrência do contágio pelo coronavírus.

A subjetividade guia a produção dos textos do projeto *Inumeráveis*. O testemunho familiar é o material que dá base à construção dos textos-tributos publicados na plataforma digital, além dos epitáfios divulgados em mídias sociais. Esse memorial subsidia a produção de pautas sobre as histórias dos sujeitos homenageados e o resultado pôde ser visto no agendamento midiático, através de matérias jornalísticas e, também, num quadro do programa televisivo *Fantástico*, da TV Globo, com a participação de atores.

Considerando essas condições de produção, propomos neste artigo analisar discursivamente os textos-tributos publicados na plataforma *Inu-*

*meráveis*. Para isso, abordamos as contribuições do jornalismo literário para a compreensão da noção de subjetividade e objetividade jornalística (SILVA, 2010), (SODRÉ, 2016), (MEDINA, 2014), (MORETZSOHN, 2007), assim como questões de necropolítica (MBEMBE, 2018) e biopoder na sociedade atual (FOUCAULT, 1976). Analisamos as estratégias editoriais e os discursos produzidos no memorial. A análise dos trechos do projeto *Inumeráveis* implica refletir sobre a importância da subjetividade para a “desestabilização” da estatística que silencia nomes.

## 2. A invocação da objetividade

Em um cenário de desordem informacional, no qual a própria imprensa, em diversas situações, também é parte responsável, a associação da objetividade à garantia de credibilidade é um discurso ainda comum nas redações e tem servido, há muito tempo, não apenas como uma proteção, mas também para valorizar ainda mais os conteúdos resultantes de práticas jornalísticas.

Imbuídos da missão de “buscar a verdade” por meio da objetividade, jornalistas estariam cumprindo a tarefa de tornar público os fatos “como eles aconteceram”. Com esse escopo e utilizando-se de recursos comuns às rotinas produtivas do jornalismo, como ater-se a informações quantitativas, ouvir os “dois lados” e usar aspas para creditar declarações, exime-se, de forma recorrente, de se responsabilizar sobre as narrativas produzidas.

É inegável a importância dos discursos jornalísticos para a disseminação do conhecimento, mas não se pode refutar que eles são representações e, como tal, estão impregnados de elementos de subjetividade, como destacou Silva:

As discussões sobre o jornalismo como forma de conhecimento na sociedade trazem em seu cerne a relevância deste campo na produção simbólica, indicando que as notícias, além de não-neutras, envolvem determinadas visões de mundo e, como tal, contribuem social e culturalmente como uma orientação acerca dos parâmetros e dos valores circulantes. O jornalismo é, nesse sentido, um dos modos de constituir uma natureza consensual da sociedade e de contribuir naquilo que nos une como sociedade e cultura através dos processos de significações rotineiramente produzidos em forma de notícias (SILVA, 2010, p. 35).

Os processos de significações dos discursos jornalísticos, mesmo que socialmente legitimados, deparam-se hoje com transformações profundas, capazes de colocar em debate práticas e modelos consagrados. Para Medina (2014), esses paradigmas sustentam-se, sobretudo, numa herança positivista, presente na gênese do jornalismo e, conseqüentemente, nas práticas de apuração e edição:

Estruturada pelos princípios positivo-funcionalistas, esta codificação propõe-se uma forma eficiente de comunicação coletiva, mas vive a contradição de um discurso muito pouco interativo. O jornalismo, inscrito na trajetória nitidamente assinalada pela modernidade, foi construindo sua linguagem segundo os postulados da racionalidade que vem desaguar, como outras formas de codificação do real, em fórmulas gramaticais do século XIX (MEDINA, 2014, p. 109-113).

Medina vai problematizar essa influência do jornalismo pelo positivismo trazendo tensionamentos. A autora lista práticas empreendidas na rotina jornalística que, em sua concepção, se fundam no positivismo:

[...] a noção de real e a relação objetiva com o real; a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca obsessiva pela precisão dos dados como valor de mercado; a fuga das abstrações; a delimitação de fatos determinados (MEDINA, 2014, p. 213-216).

Essas práticas, que dizem muito sobre o impacto e a influência que os conteúdos jornalísticos têm sobre a sociedade, estão permeadas de aspectos ideológicos que os operadores dos meios de comunicação costumam negar. Moretzsohn (2007, p. 107) defende que a ideia de um jornalismo imparcial contribui para “encobrir, convenientemente, o caráter ideológico da atividade jornalística, juntamente com a confusão a respeito do seu papel de mediador, fundado na conceituação clássica (e idealista) de ‘quarto poder’”. Essa concepção de que a imprensa estaria lado a lado com os três poderes responsáveis por exercer as funções do Estado traduz a forma como a mídia vê a si própria, com capacidade, que julga ser incontestável, de atuar como intérprete e porta-voz da sociedade.

Moretzsohn (2007, p. 187) destaca ainda que a invocação da objetividade nas rotinas produtivas do jornalismo visaria, entre outras coisas, evitar que jornais e jornalistas sejam alcançados em processos judiciais – o que já demonstraria a existência de um consenso, incluindo o Poder Judiciário, do que seria a “boa prática do jornalismo”. Os mecanismos para tornar os discursos jornalísticos aparentemente isentos de qualquer parcialidade são muitos e coadunam com o apelo recorrente que se faz à objetividade.

Na contemporaneidade, os acontecimentos e as diferentes respostas do público a eles nem sempre encontram nessas práticas do jornalismo as representações esperadas. E é nesse desencontro que se percebe a inadequação de narrativas em que o mediador-autor esteja ausente. Diante de histórias complexas, os dados objetivos não dão conta de construir representações satisfatórias, capazes de colocar os leitores próximos de diferentes sagas, a exemplo do projeto *Inumeráveis*, que enseja justamente o debate sobre essas histórias de vida não serem alcançadas por informações objetivas. Essa discussão é potencializada quando se fala de morte (sobretudo nas condições de uma pandemia) e de obituários, que são, em síntese, registros da trajetória de quem morreu. O próprio nome do projeto, *Inumeráveis*, se contrapõe à objetividade dos números, das estatísticas, que agrupam pessoas em dados, numa contabilidade que invisibiliza relatos de vida.

Assim, a nomeação do projeto memorial *Inumeráveis* desvela uma tomada de posição contrária à naturalização das milhares de mortes. Não é apenas uma homenagem às vítimas fatais da Covid-19, é um memorial que lembra a necessidade de tomar cada caso como um, em sua singularidade, através de sua história de vida e das memórias retomadas pelos textos.

A tomada de posição por tratar como inumerável cada pessoa morta – portanto, impossível de ser numerada – mostra-se no tratamento a partir do nome completo, idade e memórias, contrariando o jornalismo padrão – a exemplo do relato do primeiro caso: “um homem de 62 anos que estava in-

ternado no Hospital Sancta Maggiore, da Rede Prevent Sênior, no Paraíso, Zona Sul da capital paulista”.

Alguns autores fazem a defesa de conteúdos jornalísticos que tenham como premissa as narrativas sustentadas na perspectiva do afeto, que Sodré (2016, p. 43-44) considera sempre ter sido abordada como “o lado obscuro, senão selvagem, do que se apresenta como o rosto glorioso e iluminado do entendimento”. O autor considera ser justamente esse lado que propicia que as mediações sejam construídas sobre alicerces sólidos, capazes de conectar, de forma efetiva, histórias de vida e público. Para Sodré (2016, p. 44), “sempre se teve razoável consciência de que a eficácia da razão, em determinados tipos de ação humana, depende de tal lado obscuro, portanto dos afetos”.

Considerando diferentes experiências de interação, sobretudo no jornalismo, Medina (2014, posição 1052-1054) dialoga com Sodré, ao enfatizar que é no campo dos afetos que esses processos relacionais se perfazem, pois “só quando se está *afeto* a ocorre o ato educativo, o ato poético ou o ato comunicacional que, por sua vez, se traduz na sala de aula, na obra de arte ou nas narrativas da contemporaneidade”.

### 3. Uma vida em linhas

O obituário é um dos gêneros jornalísticos mais tradicionais da imprensa. Ele nasceu no século XVIII, nos jornais diários ingleses. O periódico londrino *The Gentleman's Magazine* teria sido, conforme Fowler (2007), o pioneiro em divulgar notas curtas sobre a morte de pessoas, sejam elas figuras públicas ou anônimas, informando, objetivamente, fatos como a data e a causa da morte. Somente no século XIX é que teríamos, ainda na imprensa inglesa, sobretudo nas páginas do *The Times*, o obituário tal qual o conhecemos hoje: com texto dedicado a celebrar os principais traços biográficos da pessoa morta, conforme destaca Vieira (2017). Essas mudanças nos aspectos do gênero foram determinadas, segundo o autor, também por uma transformação na demanda dos leitores:

[Os] obituários viriam preencher o vazio simbólico deixado pelos epitáfios, que já não davam conta da necessidade popular por narrativas de vida e morte mais complexas, cujo caráter romanesco, incentivado pelo aumento da leitura e pelo consumo cada vez mais difundido da imprensa, era demandado (VIEIRA, 2017, p. 144).

Assim, consumia-se um texto no qual aspectos da vida do morto tornam-se palatáveis, agradáveis à leitura, capaz de tornar o leitor não apenas mais próximo do personagem, mas também empático a sua trajetória.

Além de deter o pioneirismo e de ter contribuído de forma expressiva para a transformação e a disseminação do obituário, o jornal estadunidense *The New York Times*, no século XX, trataria de lapidar o gênero, bem como seu processo de construção, que passou a incluir a entrevista com celebridades que aceitavam ser perfiladas em vida, para obituários futuros. Esse empenho em entregar ao leitor um texto de qualidade tornou a seção conhecida no mundo inteiro.

No Brasil, além de outros jornais diários, a *Folha de S. Paulo* publica a

seção Mortes desde 2007, que já foi objeto de pesquisadores como Marocco (2013), Martinez (2014) e Daros e Semmler (2017). Marocco faz uma análise dos obituários do jornal *Zero Hora* a partir da comparação com a seção da *Folha de S. Paulo*. A autora considerou que o diário gaúcho, ao contrário do paulistano, não adotou como rotina produtiva a apuração jornalística, limitando-se a trabalhar com informações que chegam à redação, por telefone ou *e-mail*, produzindo textos “insípidos”, sem expressão criativa. Observa-se que Marocco (2013) coloca a apuração como etapa determinante para a garantia de obituários bem construídos, que dialoguem não apenas com as informações básicas sobre o morto, mas principalmente com aspectos pouco conhecidos e que somente uma apuração mais aprofundada pode sustentar, sobretudo por meio de entrevistas com familiares e amigos.

A pesquisa de Martinez (2014) analisa 62 obituários da *Folha de S. Paulo* para classificar, a partir de Edvaldo Pereira Lima (2009), o texto como gênero do jornalismo literário, que consiste, em linhas gerais, em tratar conteúdo não-ficcional em formas herdadas da literatura. Para Lima, os obituários têm como função retratar um indivíduo a partir do que chamou de “arqueologia psicológica”, em que o jornalista “vai escavando” elementos da personalidade da pessoa falecida para construir o texto-tributo.

Isto porque este tipo de narrativa biográfica consiste em uma seleção de fatos da vida do indivíduo, ainda que o personagem retratado pelo gênero perfil esteja vivo e o pelo obituário, morto. O que ambos têm em comum, contudo, é a história de vida (MARTINEZ, 2014, p. 78).

Essa ênfase na importância da apuração, assinalada por Marocco e agora por Martinez, fez a última discutir em seu artigo a prática da elaboração de obituários de famosos com antecedência de meses ou até anos em relação ao óbito, como já citado, o que nem sempre era bem recebido pelo famoso, avisado da empreitada. O método, empregado pelo *The New York Times*, evidencia a importância dada à apuração, em busca de um texto que possa trazer informações inéditas e que deem conta de traduzir traços relevantes do homenageado em um jornal que sempre tratou o obituário como uma seção importante.

Já Daros e Semmler (2018) analisaram, durante um ano, 2.284 obituários publicados na *Folha*, elencando quantitativa e qualitativamente os textos. A pesquisa discute a posição do obituário dentro do jornalismo literário, diferenciando-o da biografia e do perfil, naturalmente por não se propor a aprofundar a vida do morto. Sua trajetória é apresentada em poucas linhas, em um exercício de síntese. Os autores consideram que o obituário, apesar de motivado pela morte, “compõe-se como um texto leve e com toque de crônica, possibilitando ao leitor da *Folha* um momento de deleite diante das corriqueiras e pesadas notícias do dia a dia”.

A afirmação abre uma importante discussão para o caráter diversional do obituário, que o coloca como um texto que celebra a vida e não a morte. Como gênero dedicado à construção do conjunto de homenagens aos mortos – desde os rituais do funeral em si ao luto nos dias posteriores à morte – é importante destacar que, embora tendo o jornalismo como nascedouro, o obituário filia-se, em função, à elegia, gênero literário criado na Grécia Antiga, que busca representar a tristeza por meio da poesia e destina-se a

homenagear alguém que morreu, apresentada geralmente na ocasião dos rituais fúnebres.

O caráter híbrido do obituário é, justamente, aquilo que torna o texto popular entre os leitores, ao reunir elementos da literatura e do jornalismo para tecer um fragmento que trata da vida de alguém que morreu, tema que pode interessar a todas as pessoas.

De início, poder-se-ia supor que o interesse do leitor por tais histórias fosse apenas mórbido. Mas o caráter romanesco parece ser a resposta de algo mais complexo: o obituário encontrou nos elementos das narrativas mortuárias e biográficas correntes material para originar um gênero único, depositário de sedimentações genéricas e funções sociais e estéticas diversas, das mencionadas elegias e eulogias religiosas ao laicismo puro dos folhetos e folhetins (VIEIRA, 2017, p. 145).

Para Vieira (2017), trata-se de um gênero único, um amálgama que não apenas cumpre sua função de registrar, em poucas palavras, a trajetória de uma vida, mas também o de convidar os leitores a conhecer os feitos daquele percurso, ainda que seja de alguém completamente anônimo fora dos circuitos onde conviveu, mas que passa, a partir daquele apontamento, a receber notoriedade diante de um público maior.

Os obituários do projeto *Inumeráveis* diferem-se em tudo do que já vimos em razão de seu elemento motivador: a causa da morte. Ao se reunir, num só espaço, vítimas da mesma doença, causada por uma pandemia que até o momento da escrita já contabilizava cerca de 15 milhões de mortes no mundo, em números oficiais, amplia-se a dimensão da tragédia. Com suas vidas interrompidas pela invisibilidade de algo para o qual não se tinha vacina, suas histórias retiram do anonimato as vítimas, dão a elas identidade. Nesse sentido, somente a subjetividade de um gênero que se insere no jornalismo literário é capaz de cumprir a complexa tarefa de construir narrativas de uma vida em poucas linhas.

## 4. Relações de poder no jornalismo

A estratégia de dar visibilidade às histórias de vida das vítimas da pandemia encontra eco na noção de necropolítica, apresentada no ensaio de Achille Mbembe, publicado em 2008, ao discutir como os “soberanos” possuem – e utilizam – o poder sobre as vidas (e as mortes) das populações. A partir da concepção de Michel Foucault sobre o que é biopoder, ou “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3). Ao soberano estabeleceu-se o poder sobre a vida, mas não mais sobre matar ou permitir que viva, e sim “fazer viver e deixar morrer”, como o filósofo apresentou no curso “Em defesa da vida”, ministrado em 1976. Assim, a marca da biopolítica estaria no deixar morrer aqueles que são considerados dispensáveis na sociedade.

Para Mbembe (2018), a necropolítica,

expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a sobe-

rania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2018, p. 5).

Esse poder de decidir quem deve viver ou morrer, através do soberano, é a tradução das mais de 700 mil pessoas mortas no Brasil. A insistência em retomar as atividades econômicas no Brasil – mesmo contrariando especialistas em infectologia e saúde pública, revelou a decisão (no âmbito presidencial) soberana de “deixar morrer” uma camada da população para “fazer viver” a economia.

A estratégia de dar aparente normalidade ao país, durante a pandemia, foi tomada desde o início dos casos<sup>1</sup>. Em 9 de março de 2020, durante evento em Miami, o então presidente Jair Bolsonaro afirmou: “Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está **superdimensionado** (grifo nosso), o poder destruidor desse vírus”. Nos 15 dias após a afirmação, mais de 20 pessoas ligadas ao Governo haviam sido infectadas, sendo integrantes da comitiva ou pessoas que tiveram contato com essas, no retorno da viagem aos Estados Unidos.

Em 24 de março, Bolsonaro voltou a minimizar a Covid-19, classificando-a como “gripezinha” ou “resfriadinho”. Segundo sua avaliação, “pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma **gripezinha** ou **resfriadinho** (grifo nosso), como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”.

A tentativa de diminuir os impactos das mortes com números crescentes seguiu com mais uma afirmação, ainda em março: “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra (*sic*). Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia”. A tentativa de minimizar os impactos mundiais sobre vidas humanas é explicitada no uso de palavra de baixo calão e na afirmação de que a morte é parte da vida, encerrando um ciclo que – para todas as pessoas – é inevitável. O destino de cada ser humano seria a justificativa para as mortes, que poderiam (e podem) ser evitadas com uso de máscaras, distanciamento e isolamento social, atitudes apontadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como as mais eficientes na prevenção do contágio pelo coronavírus.

O distanciamento social e o isolamento – que levariam as pessoas a permanecerem em suas casas, reduzindo produção, consumo e, consequentemente, colocando postos de trabalho, pequenas empresas, além do exército de trabalhadores informais, em condições de precariedade – se mostraram ameaças aos lucros e ao recolhimento de impostos, prejudicando a economia. Assim, o discurso de Bolsonaro desvela a tentativa de silenciar as condições materiais em que a população brasileira vive em detrimento da ameaça mundial de maior recessão pós-guerra (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Ao tentar normalizar a morte das pessoas no Brasil, as afirmações produzem sentidos e ganham dimensão política, no que Orlandi (2007) nomeia

---

1 As declarações foram divulgadas pela mídia brasileira e repercutidas internacionalmente. Neste artigo, tomamos como referência a matéria da BBC Brasil “Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19”, de 07 de julho de 2020.



como formas do silêncio, ao apontar duas modalidades: o silêncio fundante e a política do silêncio (o silenciamento). De acordo com a autora, a primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; na política do silêncio, o sujeito, ao dizer, estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Segundo ela, uma vez que se diz algo para que outros ditos não sejam enunciados, o silêncio se faz presente no processo de significação, produzindo um recorte necessário no sentido. Para ela, “o silêncio recorta o dizer” (ORLANDI, 2007, p. 55).

A minimização dos casos frente ao impacto econômico ganhou eco em afirmações que circularam a partir de um mesmo funcionamento discursivo: “a economia do Brasil não pode morrer”. Em suas variações, como “os CNPJs estão na UTI” (em referência ao cadastro nacional de empresas), ou “que a morte de milhares de pessoas se justificaria frente o impacto na economia do país”.

O discurso de Bolsonaro seguiu desvelando as marcas de necropolítica. De forma espontânea, ao ser questionado sobre o crescente número de mortes, falou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, numa referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro. Ao saber que estava sendo gravado, falou em pesar pelas mortes. Afirmou: “Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas. Mas é a vida. Amanhã vou eu”.

Embora a afirmação apresente sua vida como igual a das vítimas da Covid-19, o discurso necropolítico é desvelado na aparente solidariedade de Bolsonaro ao entender como natural a morte de pessoas, sobretudo de idosos. A população mais velha, já não mais produtiva, seria também descartável. Como afirma Silva Sobrinho (2007),

a subsunção do homem ao capital o torna uma mercadoria que tem valor enquanto produzir riqueza. Isso tudo nos leva a dizer que enquanto serve ao capital o trabalhador produz valor e tem valor; quando envelhece e é afastado do trabalho, perde a importância por não produzir mais e, assim, perde o seu valor (SILVA SOCRINHO, 2007, p. 214-215).

No desprezo pelas vidas perdidas, afinal “a grande parte [...] pessoas idosas” desvela-se a lógica em que o governo brasileiro decide não só quem poderá viver, mas também quem “deixar morrer”. A pandemia escancarou no Brasil esse discurso com base na necropolítica, que dita a morte dos sujeitos conforme a classe social a qual pertence, como afirma Silva (2020),

um discurso de morte, mas não de qualquer morte ou de qualquer pessoa, mas a morte de sujeitos pertencentes a uma classe social como marcadores de racial, e principalmente, alicerçado no direito de matar os grupos inimigos. Esses grupos inimigos são grupos historicamente estigmatizados pelo soberano e todo conjunto da organização social, a legalidade do Estado para criminalização desses grupos dá ao Presidente o direito de ampliar seus posicionamentos (SILVA, 2020, p. 3).

A vida passa a ser contabilizada em números que silenciam as condições de produção em que esse discurso de morte é produzido e reduzem as histórias de centenas de milhares de vidas a números em um gráfico que apresenta uma curva em constante ascendência.

## 5. Negação e negativização da morte

Na pandemia da Covid-19, o jornalismo buscou recursos que pudessem representar, para além das imagens, o significado das milhares de vidas perdidas. No Brasil, o diário *O Globo*, na edição de 10 de maio de 2020, quando o país contabilizava 10 mil mortos, estampou em sua primeira página os nomes das vítimas da doença. Duas semanas depois, o estadunidense *The New York Times*, em 24 de maio, faria o mesmo, publicando os nomes e algumas linhas sobre mil vítimas, quando os Estados Unidos atingiram a marca dos 100 mil mortos. Em diferentes países, os obituários na imprensa transformaram-se num espaço de tributo aos mortos e, sobretudo, de legitimação da importância dessas vidas perdidas para o novo coronavírus.

Entre os milhares de textos do projeto *Inumeráveis*, destaca-se a regularidade de discursos religiosos cristãos para narrar os fragmentos da vida dos homenageados, a exemplo destas sequências discursivas:

(SD1): “como serva de Deus que era, está com Jesus no Paraíso”

(SD2): “cumpriu sua missão e hoje está ao lado do nosso Pai Eterno”

(SD3): “sempre dizia que Deus é Pai! Com certeza está ao lado Dele”

(SD4): “agora espalha suas rosas pelo Céu”

Nas quatro sequências apontadas acima, observa-se que a crença da continuação da vida após a morte, comum às religiões, é utilizada como recurso para mitigar a irreversibilidade do óbito. A conformação de que no “céu” ou no “paraíso” a vida continua e será melhor do que a vivida na Terra oferece-se como um discurso não necessariamente de tributo, mas de conformação para a família e os amigos.

Outro aspecto que merece ser visto com atenção é o da adoção desse discurso religioso pelo redator. Os trechos discursivos dos obituários que trazem dogmas religiosos não estão entre aspas, não são atribuídos a pessoas entrevistadas nem aos homenageados. Curiosamente, são colocados nos obituários como afirmações naturais, ao lado de fatos apurados, como a relação com os amigos, com os filhos e netos ou a dedicação ao trabalho. Destaca-se ainda o uso, pelos autores, de letras maiúsculas para se referir a representações presentes nas religiões cristãs, como “Pai Eterno”, “Ele”, “Senhor” e “Céu”.

Orlandi (2007, p. 28) afirma ser o discurso religioso aquele em que “o homem faz falar a voz de Deus”. Nas SDs recortadas, observamos que os sujeitos se identificam com uma Formação Discursiva Cristã (FDC), sendo tomados por crenças que se materializam em dizeres advindos de dogmas religiosos. Na FDC, há uma hierarquização de papéis que demarcam as posições a serem ocupadas pelos sujeitos: Deus/Cristo (locutor) é o *locus* de perfeição, infalibilidade, veneração, enquanto os fiéis/cristãos (ouvintes) se portam como agentes falíveis subservientes ao poder do ser supremo.

Ainda refletindo sobre as regularidades nos discursos sobre a morte

presentes nos textos-tributo, observamos dois processos em movimento: o de negação e o de negativização da morte (PIMENTEL, 2017). Vejamos as sequências discursivas abaixo recortadas:

SD 5: “Comecei a explicar para Eduardo: ‘Sua avó mudou de estado, como água e gelo’. Edu, de 8 anos, respondeu que o cachorro dele tinha virado estrelinha no céu. A vó também, uma estrela vermelha, brilhante!”

SD 6: “Depois de muitos dias de batalha pela vida, chegou a testar negativo. Pensou que havia ganhado mais essa batalha [...]”

Conforme o testemunho do familiar em SD 5, a morte da avó foi informada a uma criança de 8 anos de modo indireto. Ao invés de dizer que a senhora morreu, foram utilizadas figuras de linguagem, mais fortemente a metáfora e o eufemismo. De acordo com Lakoff e Johnson (2002), a palavra metáfora vem do grego *metaphorá* e significa transferência de sentido, ou seja, é preciso acessarmos outro campo semântico para compreender seu funcionamento. Retomando o enunciado, o familiar recorreu à explicação de um fenômeno químico de mudança de estado para dizer à criança que a avó morreu. E a criança demonstrou compreensão, uma vez que o recurso metafórico já havia sido utilizado quando da perda do cachorro. Assim como o cachorro virara estrela, sua avó também, arrematou o garoto com outra metáfora.

A recorrência a figuras de linguagem, sobretudo eufemismos, está bastante presente nos relatos de morte. Quando morre algum ente querido, os mais velhos respondem com eufemismos do tipo “Foi pro céu”, “Foi morar com Deus” ou “Dormiu um sono profundo”. Culturalmente, no Brasil, são formas mais sutis, modalizadas, de passar a informação sem querer chocar. “Usam-se vários eufemismos no lugar das palavras morte, morrer e até da forma mais ‘erudita’ falecer. Ao anunciar a morte de alguém costuma-se dizer ‘ele nos deixou’, ou ‘ele se foi’ ou ‘ele já não está aqui’”. (CHIAVENATO, 1998, p. 112).

Considerando a imagem que a cultura ocidental carrega sobre a morte – uma visão de algo aterrorizante, como afirma Rodrigues (2011) –, o emprego de recursos modalizadores para comunicar a terceiros sobre a morte de alguém é uma prática já estabilizada no campo pragmático-discursivo, sobretudo se os destinatários da informação forem crianças. Ariès (2010, p. 182) afirma que esse interdito sobre a morte é um tabu que, segundo ele, substituiu o tabu do sexo. De acordo com o autor, quando o sexo era considerado tabu, diziam às crianças francesas que elas nasciam de um pé de couve ou que foram trazidas pela cegonha, entretanto atualmente já “[...] não são as crianças que nascem nas couves, mas os mortos que desaparecem entre as flores”, critica.

Para Mannoni (1995, p. 74), a morte é vista socialmente como “inominável”. Não falar sobre a morte é uma forma de negá-la, de silenciá-la, escondê-la; e é nesse evitar falar a respeito dela que reside a negação. A negação que ocorre no interior de uma Formação Discursiva (FD) é denominada por Indursky (1990, p. 120) como denegação discursiva. Considerando que a FD determina o que pode e deve ser dito, a denegação “[...] incide sobre fa-

tos que podem ser ditos, mas que por razões conjunturais, são denegados”. Assim, ao falar para uma criança que sua avó mudou de estado, o sujeito inscrito na FDC assume uma posição-sujeito de negação da morte, própria do discurso religioso, e o efeito de sentido provocado é o de que a senhora não morreu, ou de ter “virado estrela”, conforme a metáfora apresentada.

Ao retomarmos o ideal antigo de morte, no qual a despedida do moribundo ocorria no seu próprio leito com a presença de familiares e também de crianças (ARIÈS, 2010), observamos que esse recurso metafórico utilizado na SD e noutras práticas sociais envolvendo relatos de morte contribui para a manutenção da visão contemporânea de morte como um assunto mórbido, delicado e, por vezes, inconveniente nas discussões familiares. Não apenas distancia os sujeitos vivos da temática da morte, como também não promove uma reflexão e consequente preparação para lidar com ela quando do processo de luto.

Além de não preparar os sujeitos para o processo de aceitação da morte, essa visão contribui para a negativização dela, conceito que iremos abordar a partir da SD 6. Vejamos as condições de produção restritas do discurso contido no relato: o texto-tributo conta a história de uma senhora de 82 anos que foi contaminada pelo coronavírus, ficou alguns dias doente, e passado o tempo de isolamento, comemorou o resultado do exame que testou negativo para a presença do vírus no organismo. A família achou que a senhora estaria curada, mas se deparou com a notícia do óbito: “Pensou que havia ganhado mais essa batalha”.

No texto do tributo na SD 6, o conflito entre viver e morrer se presentifica na metáfora do duelo, e morrer nada mais é do que perder a batalha. A palavra morte aparece com um efeito de sentido não apenas de negação, como também de negatividade, o que entendemos por negativização. Considerando essa compreensão, o *Manual dos Voluntários do Memorial Inumeráveis* (2020) pouco menciona a palavra morte nas orientações para escrita dos tributos. Na seção “Como escrever histórias emocionantes”, o item 10 resume a proposta do projeto do seguinte modo: “esse deve ser um texto de celebração à vida”. E mais à frente traz a seguinte injunção: “edite trechos dolorosos e priorize as memórias felizes”.

É, então, nesse sentido de vida como vitória, e morte como fracasso, que o efeito de negativização sobre a morte aparece. Embora sejam extremos de uma existência, vida e morte são ressignificadas na sociedade ocidental como campos antagônicos: enquanto o sentido de vida é atrelado a movimento, o de morte provoca o efeito de paralisação. Vida é sinônimo de alegria, felicidade, progresso; já morte é tristeza, sofrimento, retrocesso. Esses sentidos dominantes são cristalizados e guardados numa memória discursiva que está a todo tempo sendo acionada, o que dificulta uma compreensão diferenciada do tema, tal como percebe Baudrillard (1996, p. 215): “[...] a morte não é um vencimento de um prazo; é uma nuance da vida – ou ainda, a vida é nuance da morte”.

## 6. Considerações finais

O memorial *Inumeráveis* surge como resposta ao discurso político oficial do

governo federal de negação da gravidade da pandemia da Covid-19, por um lado, bem como da instrumentalização dos números de mortos nos noticiários, por outro. Trata-se, antes de mais nada, de uma tentativa de produzir uma outra forma de compreensão da importância da vida de cada um dos mortos pela doença. A produção textual foi idealizada, orientada e então coletivizada nos estados brasileiros, contando com a participação de jornalistas, artistas, professores e estudantes de comunicação, além de outros profissionais da área.

A análise empreendida aqui, feita a partir da constituição de um *corpus* discursivo estruturado a partir dos textos produzidos em homenagem às vítimas, permite-nos observar a predominância de uma formação discursiva religiosa cristã como matriz de sentido que regula as homenagens póstumas e vai além. É pela análise que se conclui que discurso religioso e ideologia individualista se entrelaçam, produzindo um duplo efeito de sentido, de negação e de negativização da morte.

Em relação ao seu funcionamento, o discurso se materializa na forma de textos póstumos, identificados por este estudo como pertencentes ao gênero jornalístico obituário. Identificamos que a subjetividade orienta a produção desses obituários, contrapondo a relevância do sujeito à objetividade jornalística, de base positivista, do número de mortes.

Vale destacar que a discussão do conceito de objetividade jornalística, tal como se apresenta, deve levar em consideração que as críticas apresentadas se dirigem ao paradigma positivista que sustenta o conceito, como explicitado acima. Não se está discutindo, neste artigo, a noção de objetividade em geral, ou científica, ou mesmo a partir de outro paradigma que não o positivista - a exemplo do materialista histórico, que compreende de forma bem diferente a questão da objetividade. Uma discussão assim demandaria um artigo específico para tanto.

Podemos afirmar, portanto, a predominância de um discurso próprio da formação discursiva religiosa cristã, trabalhando metaforicamente a valorização da vida e a promessa de vida eterna. Essa superfície encobre o discurso de negação da morte, apresentando uma variedade de outros desfechos possíveis para o fim da vida, marcados pela passagem a outro lugar, onde se permanece vivo, ao lado da divindade, salvo dos tormentos e dores dos últimos momentos em vida.

É preciso acrescentar que o discurso religioso que predomina nos obituários é atravessado por elementos de uma formação ideológica de mercado, cuja morte é o fracasso final dos sujeitos. Enquanto é pelo uso de metáforas e adjetivações positivas que se expressa um sucesso em vida (ainda que se trate de um discurso póstumo), é pela não morte que se exime o sujeito do fracasso de ter morrido.

## Referências

ARIÈS, Philippe. **Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média**. 4. ed. Lisboa: Teorema, 2010.

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996.

BBC Brasil. **Relembra frases de Bolsonaro sobre a covid-19.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em: 07 ago. 2020.

CHIAVENATO, Júlio José. **A morte: uma abordagem sociocultural.** São Paulo: Moderna, 1998.

DAROS, Sônia Cristina Pavanelli; SEMMLER, Jonathan Henrique. A construção discursiva do obituário brasileiro no jornal Folha de S. Paulo, **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 3001-3016, abr./jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. (1976) **Em defesa da sociedade.** Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOLHA DE S. PAULO. (2020) **Dados mostram a dimensão histórica do impacto da Covid-19 na economia.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/dados-mostram-a-dimensao-historica-do-impacto-da-covid-19-na-economia.shtml#:~:text=Mundo%20ter%C3%A1%20pio%C3%A7o%20desde,em%20ao%20menos%2012%20anos&text=Uma%20crise%20como%20nenhuma%20outra,19%20sobre%20a%20economia%20mundial>. Acesso em: 13. ago. 2020.

FOWLER, Bridget. **The obituary as collective memory.** Nova York: Routledge, 2007.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana.** Coord. Trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** 4. ed. Barueri/SP: Manole, 2009.

MEMORIAL INUMERÁVEIS. **Manual voluntários do memorial Inumeráveis.** 25p., 2020 (mimeo).

MANNONI, Maud. **O nomeável e o inominável: a última palavra da vida.** Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MAROCCO, Beatriz. Fragmentos de vidas exemplares, **Revista FAMECOS**, v. 20, n. 2, p. 372-389, maio/ago. 2013.

MARTINEZ, Monica. A vida em 20 linhas: a representação da morte nas páginas da Folha de S. Paulo. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo,

v. 37, n. 2, p. 71-90, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442014000200071&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442014000200071&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 25 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Ciência e jornalismo**: da herança positiva ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2014.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PALMA, Alexandre; VILAÇA, Murilo, M. Racionalidade científica versus (ir) racionalidade governamental brasileira: um ensaio sobre algumas crises em tempos de pandemia da COVID-19. In: **Diversitates International Journal**, v. 12, n.2, p. 70-99, jun./dez. 2020. Disponível em: <http://www.diversitates.uff.br/index.php/1diversitates-uff1/article/view/339>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PIMENTEL, Mercia S. R. **Morte-mercadoria à venda**: os sentidos do discurso publicitário no comércio de práticas funerárias. Maceió: Edufal, 2017.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

SILVA, Carlos Matheus Alves da. Covid-19 e necropolítica na conjuntura brasileira. In: **Boletim de Conjuntura (BOCA)**. Ano II, vol. 2, n. 6, Boa Vista, 2020.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

VIEIRA, Willian. Obituário ontem e hoje: do biográfico fast food a uma “literatura de jornal”. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 70, n. 1, p. 143-160, jan./abr. 2017.